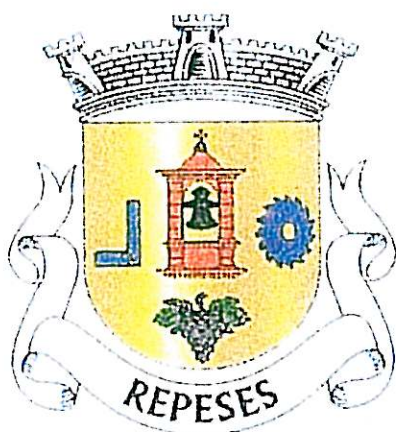


# PROPOSTA DE REGULAMENTO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS



Aprovado em reunião de Junta  
da União das Freguesias de Repeses e São Salvador em 03 de março de 2014.

O Presidente JOSE DOMINGOS DE ABREU TELHA

O Secretário Fernando Manuel Gasimiro dos Santos

O Tesoureiro [Signature]

O Vogal JOSE BIAS FERREIRA

O Vogal Nelson José dos Neves MTJ



## **PROPOSTA DE REGULAMENTO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DIVERSAS**

- 1- O disposto no artigo 16º, nº3 do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, prevê competências de licenciamento de atividades para as Freguesias, até então concedidas aos Municípios.
- 2- Nos termos do Decreto-lei nº 310/20002, de 29 de abril, na sua atual redação, o exercício destas atividades carece de regulamentação.

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 1.º Lei habilitante**

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto da alínea d), f), do n.º 1 do artigo 9.º e alínea b), do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 114.º a 116.º do código do procedimento administrativo.

##### **Artigo 2.º**

- 1- O presente regulamento estabelece o regime a que fica sujeita a liquidação, cobrança e pagamento das taxas em toda a área da União das Freguesias, bem como as condições de ocupação e utilização privada de espaços públicos, no âmbito das suas atribuições e competências.
- 2- Por via pública entende-se toda a área não edificada, de livre acesso afeta ao domínio público, designadamente passeios, ruas, praças, largos, caminhos, pontes, parques e jardins.
- 3- O presente regulamento estabelece o regime do exercício das seguintes atividades:
  - a) - Venda ambulante de lotarias;
  - b) - Arrumador de automóveis;
  - c) - Atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem as festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela direção – geral de espectáculos.



### **Artigo 3.º**

#### **Acesso e exercício das atividades**

- 1- Acesso às atividades referidas nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior, carece de licenciamento da Freguesia.

## **CAPÍTULO II**

### **VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS**

#### **Artigo 4.º**

##### **Procedimento de licenciamento**

- 1- O pedido de licenciamento da atividade de vendedor ambulante, é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia, através de requerimento, do qual deverá constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil, e número de identificação fiscal, e será acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
  - b) Certificado do registo criminal;
  - c) Fotocópia do cartão de identificação fiscal;
  - d) Fotocópia de declaração de início de atividade ou declaração do I.R.S;
  - e) Duas fotografias.
- 2- A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licença no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da recepção do pedido.
- 3- A licença é válida até 31 de dezembro do ano respetivo, e a sua renovação deverá ser feita durante o mês de janeiro seguinte.
- 4- A renovação da licença é averbada no registo respetivo e no respetivo cartão de identificação.





### **Artigo 5.º**

#### **Cartão de vendedor ambulante**

- 1- Os vendedores ambulantes de lotarias, só poderão exercer a sua atividade desde que sejam titulares e portadores do cartão de vendedor ambulante emitido e atualizado pela Junta de Freguesia.
- 2- O cartão de vendedor ambulante, é pessoal e intransmissível, válido pelo período de 5 (cinco) anos a contar da data da sua emissão devendo ser sempre utilizado pelo vendedor no lado direito do peito.
- 3- O cartão de identificação de vendedor ambulante consta do modelo do anexo I a este regulamento.

### **Artigo 6.º**

#### **Recibos dos vendedores ambulantes de lotarias**

- 1- A Junta de Freguesia elaborará um registo dos vendedores ambulantes de lotarias, que se encontram autorizados a exercer a sua atividade, do qual constem todos os elementos referidos na licença concedida.

## **CAPÍTULO III**

### **LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ARRUMADOR DE AUTOMOVEIS**

### **Artigo 7.º**

#### **Procedimento de licenciamento**

- 1- O pedido de licenciamento da atividade de arrumador de automóveis, é dirigido ao Presidente de Junta de Freguesia, através de requerimento próprio, do qual deverá constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil e número de identificação fiscal, e será acompanhado dos seguintes documentos:



- a) Fotocópia do Bilhete de identidade ou do Cartão de Cidadão;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Fotocópia do cartão de identificação fiscal;
- d) Fotocópia de declaração de início de atividade, ou declaração do I.R.S;
- e) Duas fotografias;
- f) Apólice de seguro de responsabilidade civil.

2- Do requerimento, deverá ainda constar a zona, ou zonas para que é solicitada a licença.

3-A Junta de Freguesia, delibera sobre o pedido de licença no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da receção do pedido.

4- A licença tem validade anual e a sua renovação deverá ser requerida durante o mês de novembro ou até trinta dias antes de caducar a sua validade.

### **Artigo 8.º**

#### **Cartão de arrumador de automóveis**

1 - Os arrumadores de automóveis só poderão exercer a sua atividade desde que sejam titulares e portadores do cartão emitido pela Junta da União das Freguesia, do qual constará, obrigatoriamente, a área ou zona a zelar.

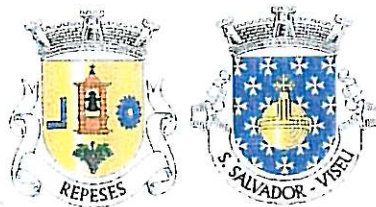
2 - O cartão de arrumador de automóveis é pessoal e intransmissível, válido pelo período de um ano a contar da data da sua emissão ou renovação, devendo ser sempre utilizado pelo arrumador no lado direito do peito.

3- O cartão de identificação do arrumador de automóveis consta do modelo do anexo II a este regulamento.

### **Artigo 9.º**

#### **Seguro**

1 - O arrumador de automóveis, é obrigado a efetuar e a manter em vigor um seguro de responsabilidade civil que garanta o pagamento de possíveis indemnizações por danos causados a terceiros no exercício da sua atividade.



## **Artigo 10.º**

### **Registo de arrumador de automóveis**

1 - A Junta da União das Freguesias elaborará um registo de arrumadores de automóveis que se encontrem autorizados a exercer a sua atividade, do qual constem todos os elementos referidos na licença concedida.

## **CAPÍTULO IV**

### **LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES RUIDOSAS DE CARATER TEMPORÁRIO QUE RESPEITEM AS FESTAS POPULARES, ROMARIAS, FEIRAS ARRAIAIS E BAILES**

#### **Artigo 11.º**

##### **Licenciamento**

1- A realização de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, carece de licenciamento da Junta da União das Freguesias, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela Direção Geral de espetáculos.

a)- exceptuam-se do disposto do número anterior as festas promovidas por entidades oficiais, civis ou militares, cuja realização está contudo sujeita a uma comunicação prévia ao Presidente da Junta da União das Freguesias.

2 - As bandas de música, grupos filarmónicos, tunas e outros agrupamentos musicais, não podem atuar nas vias e demais lugares públicos dos aglomerados urbanos, desde as 2 horas, até às 9 horas.

3- O funcionamento de emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem sons, incluindo sinais horários, só poderão ocorrer entre as 9 horas e as 22 horas e mediante autorização referida no artigo 14.º





4- O funcionamento a que se refere o artigo anterior, fica sujeito às seguintes restrições:

- a) Só pode ser consentidos por ocasião de festas populares, tradicionais, espetáculos ao ar livre ou em outros casos análogos devidamente justificados;
- b) Cumprimento dos limites estabelecidos no regulamento geral do ruído (Dec. Lei nº09/2007 de 17 de janeiro), quando a licença é concedida por um período superior a oito anos.

### **Artigo 12.º** **Pedido de licenciamento**

1- O pedido de licenciamento para a realização de qualquer dos eventos referidos no artigo anterior, é dirigido ao Presidente da Junta da União das Freguesias, com 15 (quinze) dias de antecedência, através de requerimento próprio do qual deverá constar:

- a) A identificação completa do requerente (nome, firma, ou denominação);
- b) Atividade que se pretende realizar;
- c) Local do exercício da atividade;
- d) Dias e horas em que atividade ocorrerá.

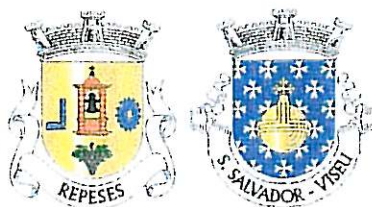
2 - O requerimento será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- b) Fotocópia do Cartão de identificação Fiscal;
- c) Planta de localização à escala 1/1000, ou 1/2000, com a delimitação do local da pretensão;
- d) Quaisquer outros necessários ao cabal esclarecimento da pretensão.

3 - Quando o requerente for uma pessoa coletiva, o documento referido na alínea a) do número anterior, respeita ao titular ou titulares do respetivo órgão de gestão.

### **Artigo 13.º** **Emissão da licença**

1- A licença é concedida, verificados que sejam os condicionalismos legais, nomeadamente a solicitação do parecer ao Município, face ao disposto no regulamento geral do ruído (Decreto-lei nº09/2007 de 17 de janeiro), pelo prazo solicitado, delas devendo constar a referência ao seu objeto, a fixação dos respetivos limites horários, e as demais condições julgadas necessárias para preservar a tranquilidade das populações.



#### **Artigo 14.º**

##### **Recintos itinerantes e improvisados**

- 1- Quando a realização de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos, envolver a instalação e funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados, aplica-se também o Decreto-Lei nº 268/2009, de 29 de setembro na sua atual redação.

#### **Artigo 15.º**

##### **Condicionantes**

- 1- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a realização de festividades, de divertimentos públicos e de espetáculos ruidosos nas vias públicas e demais lugares públicos nas proximidades de edifícios de habitação, escolas durante o horário de funcionamento, hospitalares ou similares, bem como estabelecimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento, só é permitida quando cumulativamente:
  - a) Digam respeito a festas populares tradicionais, ou circunstanciais excepcionais o justifiquem;
  - b) Seja emitida pelo Presidente da Câmara Municipal, licença especial de ruído;
  - c) Respeite o disposto no regulamento geral do ruído, quando a licença é concedida por um período superior a (8) oito dias.
- 2- Não é permitido o funcionamento ou o exercício contínuo dos espetáculos ou atividades ruidosas nas vias públicas e demais lugares públicos, na proximidade de edifícios hospitalares ou similares ou na de edifícios escolares, durante o respetivo horário de funcionamento.

#### **Artigo 16.º**

##### **Festas tradicionais**

- 1- Por ocasião dos festejos populares tradicionais das localidades, pode excecionalmente, ser permitido o funcionamento ou o exercício contínuo dos espetáculos ou atividades referidos nos artigos anteriores, salvo nas proximidades de edifícios hospitalares e similares.





- 2- Os espetáculos ou atividades que não estejam licenciados ou que se não contenham nos limites da respetiva licença, podem ser imediatamente suspensos, oficiosamente ou a pedido de qualquer interessado.

### **Artigo 17.º**

#### **Prazos**

- 1- As licenças devem ser requeridas com uma antecedência mínima de 15 dias úteis, sendo o pedido acompanhado de todos os documentos exigidos neste regulamento.
- 2- O pedido de licenciamento que não respeite a antecedência mínima, pode ser liminarmente rejeitado nos termos do código do procedimento administrativo.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições finais e transitórias**

### **Artigo 18.º**

#### **Taxas**

- 1- Pela prática dos atos atrás referidos no presente regulamento bem como a emissão das respetivas licenças, são devidas as taxas fixadas na tabela de taxas e licenças em vigor na União de Freguesias de Repeses e São Salvador.

### **Artigo 19.º**

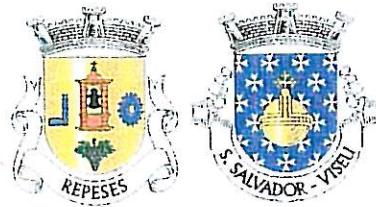
#### **Tramitação desmaterializada**

- 1- Os procedimentos administrativos no presente diploma, são efetuados no portal eletrónico que vier a ser definido para o efeito, ou na sua impossibilidade diretamente nos serviços da União das Freguesias de Repeses e São Salvador.

### **Artigo 20.º**

#### **Legislação subsidiária e interpretação**

- 1- Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento, regem as disposições legais aplicáveis.
- 2- As dúvidas e as omissões suscitadas pela aplicação deste regulamento são resolvidas por despacho pelo Presidente da Junta da União das Freguesias.



### **Artigo 21.º** **Permissões**

- 1- As permissões para diplomas e normas legais e regulamentares constantes do presente regulamento, consideram-se feitas para os diplomas e normas que substituam em caso de alteração ou renovação.



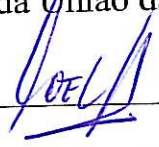

### **Artigo 22.º** **Entrada em vigor**

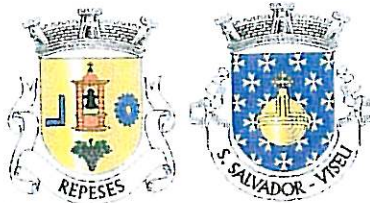
- 1- O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de Maio de 2014.

Aprovado em reunião da Junta da União das Freguesias de Repeses e São Salvador

em 5 de MARÇO de 2014

O Executivo da União das Freguesias

  
  
  
  
João José dos Santos



Aprovado pela Assembleia da União das Freguesias de Repeses e São Salvador, em sessão

de 28 de ABRIL de 2014

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

[Signature]  
Amo Paulo Marcelo Monteiro Amc Sopc de Costa domiano

Os membros da Assembleia de Freguesia,

[Signature] [Signature]  
May [Signature]  
Costa Torge Ferreira [Signature]  
Carla Maria Abibe Ribeiro de Almeida  
[Signature] [Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]